

## NOVILHO PRECOCE — A TRANSFORMAÇÃO DA PECUÁRIA BAIANA

Gilton Aragão (\*)

É incrível que nos dias atuais a globalização dos mercados e a competitividade ainda sejam pouco conhecidas e tratadas como meros chavões.

A globalização constitui um fenômeno caracterizado pela unificação dos mercados e viabilizado pelo avanço da tecnologia; a competitividade é a qualidade dos produtos que possuem condições de competir, principalmente em termos de preço e qualidade.

Outro fenômeno importante decorrente da necessidade dos países e regiões enfrentarem a globalização, é a polarização: processo através do qual um grupo de países, com alguma afinidade geoeconômica, se integra com vistas a valer-se da complementaridade, a utilizar-se das economias de escala geradas pela ampliação do mercado, a estabelecer o livre comércio intrabloco e a adotar restrições de modo a enfrentar a concorrência de terceiros países.

Segundo a teoria da integração regional, existem quatro etapas:

- Zona de Livre Comércio;
- União Aduaneira;
- Mercado Comum; e
- União Econômica.

A União Européia é o bloco mais avançado em termos de integração e já está na quarta etapa. O MERCOSUL, embora na fase inicial, já atrai a atenção de outros países interessados e até mesmo de outros blocos como a União Européia e o NAFTA (Acordo Norte Americano de Livre Comércio).

O ponto fundamental porém, que se quer ressaltar, é que a economia brasileira terá que se transformar para se adaptar a essa nova realidade. Todos os segmentos serão objeto de modificação; é preciso adquirir competitividade e enfrentar os mercados globais.

No caso da agricultura, a falta de adaptação a essa contingência leva a subestimar-se questões como a urgente necessidade de transformação da agricultura de subsistência em agricultura comercial com a compulsória elevação do nível tecnológico e consequente aumento da produtividade e

redução dos custos unitários de produção.

A pecuária não está fora disso; alguns segmentos como a avicultura e suinocultura responderam com eficiência e tempestividade aos novos tempos. Entretanto, a pecuária bovina só recentemente começa a adaptar-se.

Na Bahia o rebanho bovino está estimado em pouco mais de dez milhões de cabeças, sendo que os indicadores médios de produtividade estão bem abaixo dos observados em estados com pecuária mais desenvolvida. A taxa de desfrute, por exemplo, está estimada em 12%, enquanto que em São Paulo a mesma é de 18%.

Uma das formas mais eficazes de elevar os padrões de eficiência econômica e produtividade é a introdução da criação do novilho precoce, ou seja do bovino jovem que atenda os parâmetros e normas estabelecidos pelos Governos Federal e Estadual para as condições da pecuária baiana.

Esses parâmetros são:

- sexo/maturidade (idade);
- peso;
- conformação da carcaça e
- gordura.

Isto significa, em essência, que o pecuarista deverá produzir um animal cujo o macho pese pelo menos 14 arrobas, e equivalente carcaça; seja abatido até 30 meses; tenha a carcaça bem desenvolvida; e apresente quantidade média de gordura.

Estudos, dentre os quais se destaca o realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, demonstram que produzindo o novilho precoce obtém-se: maior produção na mesma área e melhor qualidade da carne; aumento da utilização de insumos e elevação da arrecadação tributária do Estado e do nível de vida do pecuarista.

O novilho precoce pode ser produzido: confinado, semi-confinado ou a campo; as técnicas de produção podem ser assimiladas tanto pelo pequeno quanto pelo médio e grande pecuarista; as cooperativas e associações podem se constituir em difusoras dessas técnicas.

Não há exclusividade na escolha das raças, podendo ser

---

(\*) Economista, MS. Coordenador de Política Agrícola/SEAGRI

adotadas tanto as mais rústicas, quanto os chamados cruzamentos industriais ou seja, cruzamento do reprodutor europeu com a matriz zebuína, ou até animais puros europeus.

O apoio do Governo Estadual a esse tipo de criação já começa a materializar-se através do Programa Novilho Precoce, coordenado pela SEAGRI.

A orientação técnica aos pecuaristas terá a supervisão da EBDA-Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola e no caso dos pequenos pecuaristas será prestado apoio técnico direto.

Os principais agentes participantes são: de um lado, os pecuaristas que, aderindo ao Programa, deverão cadastrar-se na SEAGRI; e por outro, os Frigoríficos Abatedores que ali também deverão credenciar-se.

Com o Programa o pecuarista será estimulado a melhorar:

- o manejo e a alimentação dos animais;
- a qualidade e a funcionalidade das instalações;
- o padrão genético do rebanho;

- o nível de qualificação da mão-de-obra; e
- o nível da gerência do estabelecimento.

Ao Frigorífico Abatedor caberá promover as adaptações recomendadas pelo Serviço de Inspeção Federal ou Estadual com vistas a classificar e tipificar as carcaças.

No âmbito tributário, a Secretaria da Fazenda procederá à isenção da metade do ICMS devido pelo pecuarista de maneira que esse valor seja devolvido pelo Frigorífico Abatedor.

A conquista de novos mercados, inclusive do internacional, é um dos maiores motivos para atrair participantes ao Programa, dependendo entretanto do sucesso das ações previstas de erradicação da febre aftosa e de melhoria da sanidade em geral.

Os pecuaristas que gradativamente forem se informando e se convencendo das vantagens de produzir o novilho precoce, deverão se dirigir à SEAGRI para formalizar a participação no Programa.

Por tudo isso, conclui-se que a modernização da pecuária baiana é muito mais do que uma intenção governamental, trata-se de um desafio à capacidade de trabalho de todos os baianos.

---

## PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA ALGODOEIRA DO ESTADO DA BAHIA<sup>(\*)</sup>

A cultura do algodão herbáceo por muito tempo teve destaque na agricultura baiana, sobretudo pela sua grande resistência à seca, sendo uma das poucas opções de cultivo para a região semi-árida do sudoeste do estado. Essa lavoura é social e economicamente muito importante para o Estado da Bahia, oferecendo, sobretudo, oportunidades de emprego para a mão-de-obra rural e urbana das regiões produtoras. Desde o processo produtivo até o beneficiamento do produto, o algodão chega a ocupar 75% da mão-de-obra rural e 1,5% da urbana.

Em 1988, o cultivo do algodão ocupou 330.262 hectares, gerando uma produção de 130.000 toneladas de pluma com rendimento correspondente a 981 Kg/ha de algodão em caroço. Naquele ano, a participação da Bahia em relação ao Nordeste e ao País alcançou os percentuais de 67,3% e 13,3%, respectivamente (Agricultura em Destaque, Ano 3, nº 8, junho/94).

A participação do algodão na composição do Produto Interno Bruto baiano foi declinante a partir de 1988, atingindo, em 1992, apenas 2,1%, deixando de figurar entre os 10 (dez)

principais produtos da agricultura estadual. Em 1994, estima-se que o Estado arrecadou R\$6.248.253,66 em imposto pela comercialização de algodão.

Entre as safras de 1988 e 1994, a produção do algodão registra diminuição de 50% da área plantada e de 62% no rendimento do algodão em caroço por hectare. Segundo estimativa da EBDA, em 1994, a Bahia produziu 25 mil toneladas de algodão em pluma, 55% do algodão produzido na safra de 1991, de 45 mil toneladas.

---

### PERSPECTIVAS DA COTONICULTURA

O mercado de têxteis e vestuário vem apresentando forte tendência de crescimento e a participação dos países em desenvolvimento nesse comércio é ainda mais nítida. Os estoques mundiais de algodão vem diminuindo desde a safra 1992/93 e a previsão para a próxima safra indica que a produção crescerá de novo a um ritmo mais lento que o consumo. Cabe prever, por conseguinte, que os estoques poderão

(\*) Extraído do programa da SEAGRI

se reduzir ainda mais, ocasionando aumentos dos preços. Os preços internacionais, em ascensão desde meados de 1993, atingiram nos primeiros meses de 1995 valores inéditos, alcançando US\$ 1,15 por libra peso, quando os preços internos praticados naquele ano foram de US\$0,60. Em nível nacional, a tendência de consumo acompanha aquela verificada no mercado internacional, com uma estimativa de aumento da demanda das atuais 900 mil toneladas para 1.200 mil toneladas/ano na virada do século.

A indústria têxtil nacional consumirá no presente ano 900 mil toneladas de algodão em pluma, para uma produção interna de apenas 500 mil toneladas, o que exigirá a importação de 400 mil toneladas para atendimento da demanda interna. O nordeste possui o segundo parque têxtil do país, com um consumo anual de 290 mil toneladas de pluma e uma produção de 50 mil. Estima-se que para cada tonelada de algodão em pluma importada, 3 (três) empregos deixam de existir internamente.

Cabe destacar a consolidação e expansão do pólo têxtil do Nordeste, em especial o implantado no Estado do Ceará (década de 70) e, mais recentemente, o crescimento do setor têxtil do Rio Grande do Norte e Sergipe. O parque de beneficiamento do estado é composto de 53 usinas de descaroçamento de algodão, com 238 descaroçadores e 21.420 serras. Sua capacidade de beneficiamento é de 7.600 fardos em pluma por dia (1.650 t/dia), empregando 4.240 pessoas. No entanto, a atual situação do setor é desalentadora. Das 53 unidades instaladas, apenas 15 estão em operação, e assim mesmo trabalhando com 20% da sua capacidade. A situação atual do Estado é marginal em relação à dinâmica nacional e nordestina. Existem onze indústrias no setor, das quais apenas duas produzem tecidos, as restantes produzem sacarias, gases medicinais, ataduras, estopas/trapos, tubos industriais e fibras químicas. Desse universo, apenas uma - a Companhia Valença Industrial - tem inserção no mercado nacional. Por outro lado, as condições edafoclimáticas das regiões produtoras do estado da Bahia são propícias à produção de algodão de excelente qualidade. Vale ressaltar também o potencial de irrigação dessas regiões, com uma infra-estrutura de 40 mil hectares já instalada e 60 mil hectares em fase de estudo.

## OBJETIVOS

O Programa tem como finalidade reconquistar o nível de emprego que prevaleceu até o final da década de 80, quando eram empregados 300 mil pessoas na produção primária.

Para tanto, estão previstas ações integradas dos diversos níveis do setor público (federal, estadual e municipal) e do setor privado (produção e agroindústria), visando retomar a posição obtida em 1988, ano de maior produção no Estado da Bahia, com o objetivo de:

- Aumentar a produtividade e a qualidade do algodão colhido, via difusão de práticas comprovadamente mais eficientes na exploração agrícola;
- Incentivar a verticalização da exploração para agregação de valor ao produto comercializado;

- Reduzir os custos de produção;
- Ampliar a área cultivada;
- Reativar o setor de beneficiamento do algodão;
- Promover a criação de novos empregos no setor agroindustrial para absorção da mão-de-obra rural e urbana, minimizando o êxodo rural;
- Estimular o desenvolvimento de parcerias entre a iniciativa privada e o governo, visando criar um amplo programa de produção de sementes fiscalizadas para atender a toda a demanda de sementes dos produtores de algodão do estado;
- Dinamização de outros setores de economia, como comércio e serviços.

## METAS

- Geração de 23 mil empregos diretos na agricultura em 1995, 40 mil em 1996 e 80 mil empregos diretos na lavoura algodoeira em 1997;
- Recuperação dos 3.200 empregos na atividade de beneficiamento (descaroçamento) do algodão;
- Criação de 3.000 novos empregos no setor agroindustrial;
- Incremento da arrecadação do ICMS;
- Incentivo à cotonicultura irrigada, aproveitando os projetos de irrigação pública e privada já existentes e aqueles em implantação.

## PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS

**Qualidade** - as exigências crescentes dos mercados, aliadas ao potencial dos recursos naturais existentes na região justificam a necessidade imediata da busca de padrões de qualidade superiores aos atuais. A produção de algodão tipo 6 é perfeitamente factível e necessária.

**Produtividade** - a concorrência ditada pelos mercados exige, cada vez mais, esforços no sentido da elevação da produtividade por hectare a menores custos. É por tal razão que se prioriza um amplo programa de geração e difusão de tecnologia, como forma de se alcançar ao final da execução do Programa, uma produtividade agrícola média de, pelo menos, 1.500 kg de algodão em caroço por hectare.

**Agroindustrialização** - no passado, a região especializou-se exclusivamente na produção, exportando a matéria-prima que era processada agregando valor e gerando emprego em outras regiões. A implantação de uma cadeia agroindustrial contemplando as indústrias de fiação, tecelagem,

confeções, produção de torta farelos e rações, dentre outras, é imprescindível para a competitividade de cada segmento.

**Organização e profissionalização dos produtores** - todo o esforço até então desenhado só alcançará o êxito desejado se os benefícios gerados pelo Programa forem apropriados por todos os agentes envolvidos. O segmento agrícola devido as suas características é o mais vulnerável face à sua atomização e desorganização. Em vista disso, torna-se fundamental o estímulo à organização dos produtores rurais, aliado a um intenso programa de profissionalização de produtores visando acompanhar os novos desafios do padrão agroindustrial a ser implementado.

**Ações de cooperação** - nesse sentido, busca-se a racionalização dos esforços tanto na área pública, quanto na área privada. Ações isoladas reduzem a eficácia das ações propostas, principalmente quando se constata um amplo espaço de ações complementares entre, por exemplo, os 3 níveis de governo: federal, municipal e estadual. Ademais, a magnitude do desafio aqui colocado, de recuperar toda uma economia, não pode ser encarada como tarefa de uns poucos, mas, sim, de todos.

### **PÚBLICO BENEFICIÁRIO**

Serão beneficiários do Programa todos os produtores de algodão, através de suas associações e cooperativas ou isoladamente.

### **ABRANGÊNCIA ESPACIAL**

A área de atuação do Programa abrangerá 05 (cinco) microrregiões do Estado da Bahia, composta por 35 municípios, que representam 93,4% da área cultivada e 93,5% da produção estadual.

As regiões e municípios beneficiados são os seguintes:

- **Guanambi:**  
Caculé, Caetité, Candiba, Guanambi, Ibiassucê, Igaporã, Iuiú, Lagoa Real, Malhada, Matina, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Riacho de Santana, Sebastião Laranjeiras e Urandi.
- **Brumado:**  
Aracatú, Brumado, Ituaçu, Malhada de Pedras, e Tanhaçu.
- **Bom Jesus da Lapa:**  
Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Paratinga, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.
- **Livramento do Brumado:**  
Dom Basílio, Livramento do Brumado, Paramirim e Rio do Pires.
- **Boquira:**  
Boquira, Botuporã, Caturama, Macaúbas, e Tanque Novo.

## **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA CITRICULTURA DO ESTADO DA BAHIA<sup>(\*)</sup>**

A fruticultura é uma das mais importantes atividades da agricultura devido ao elevado valor dos seus produtos. As possibilidades de transformação industrial tornam ainda mais importante o apoio a esta atividade, por conta da agregação de valor e substancial geração de riqueza para as regiões produtoras. A produção de frutas cítricas no Estado é particularmente importante pela extensão da área cultivada, experiência em produção e disponibilidade de tecnologias.

O parque industrial da Bahia e Sergipe é composto por seis plantas, e representa um dos maiores do mundo em capacidade instalada de produção de sucos cítricos concentrados. A importância do contexto exige dos setores público e privado um posicionamento definitivo em defesa da citricul-

tura a qual apesar das dificuldades, detém um mercado praticamente aberto para comercialização do produto *in natura*.

O Programa de Recuperação da Citricultura do Estado da Bahia elaborado pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, contempla as reivindicações dos produtores rurais encaminhadas por intermédio das suas entidades representativas, lideranças políticas e técnicos que atuam no setor, todos preocupados com as sérias dificuldades responsáveis pela grave ameaça de erradicação dos pomares e sua substituição por outras explorações agrícolas, de menor importância econômica e social.

A proposta de intervenção considera fundamental a convergência dos esforços entre Governo do Estado (SEAGRI,

(\*) Extraído do programa da SEAGRI

EBDA, EBAL, BANE, DESENBANCO), Governo Federal (EMBRAPA, BNB, SENAR), Indústrias (Fundação Expansão) e Agricultores (ASCIBA), para remover os obstáculos à modernização da citricultura e sua integração ao *agri-business* laranja em bases econômicas e tecnológicas auto-sustentáveis em benefício dos produtores e de toda a população. O programa terá como público-alvo especialmente o mini e pequeno produtor, que representam aproximadamente 80% do total de produtores de citros.

A laranja ocupa o décimo lugar na produção agrícola do Estado, contribuindo com US\$ 46 milhões para o valor bruto da produção, no ano de 1993. A produção estadual evoluiu de ano para ano, e a sua participação na produção nacional da laranja, embora tímida, vem sendo crescente.

No período de 1980/89, o Estado da Bahia apresentou um incremento de 143% na produção e 163% na área colhida, superiores à média nacional, de 63% e 54%, respectivamente. Já com relação a produtividade o desempenho não foi favorável, caindo de 81 mil frutos/ha para 74 mil frutos/ha.

Em termos de financiamentos, o aporte de recursos para atividade no Estado em relação ao Brasil é quase nula, participando com apenas 0,4% e 0,1% dos recursos aplicados em custeio nos anos de 1992 e 1993, respectivamente.

As estatísticas demonstram uma instabilidade nos recursos disponíveis para o custeio de citros. Comparando-se Bahia, Sergipe e São Paulo, verifica-se que a situação da Bahia é a mais desfavorável. Entre 1991 e 1993 as aplicações médias via Sistema Nacional de Crédito Rural representaram na Bahia uma média que variou entre um mínimo de US\$ 1.65 e um máximo de US\$ 49.80 por hectare/ano colhido, enquanto em Sergipe esta média esteve entre US\$ 17.37 e US\$ 267.77 por hectare colhido de laranja. No Estado de São Paulo a média aplicada em custeio por cada hectare colhido variou entre US\$ 81.08 e US\$ 2,730.72. Não deve causar espanto, portanto, a distância que separa as produtividades médias alcançadas pela citricultura de Sergipe e São Paulo, em relação à da Bahia.

A produção baiana de laranja tem se destinado ao consumo *in natura* e às agroindústrias instaladas no próprio Estado e em Sergipe. A produção dos dois Estados ultrapassa 1 milhão de toneladas e está acima da capacidade de processamento das indústrias que é de 70 mil toneladas de suco utilizando aproximadamente 400 mil toneladas de matéria prima. Apesar da produção disponível as industriais funcionam com capacidade ociosa devido à concorrência do mercado do produto *in natura* nos entrepostos das CEASA'S, onde o preço é de US\$ 100.00 por tonelada, contra os US\$ 40.00 por tonelada, pagos pelas indústrias (junho de 95). Atualmente, a escassez de produto elevou os preços para US\$ 250.00 no mercado *in natura*, e US\$ 50.00 na indústria. Além disso, a oferta é extremamente concentrada nos meses de inverno (maio/setembro), gerando escassez de matéria-prima nos outros meses do ano.

O suco de laranja produzido no Estado se destina exclusivamente ao mercado internacional, particularmente à Europa (Alemanha e Inglaterra), EUA e Canadá. De acordo com dados da PROMOEXPORT, em 1992 as exportações pelos portos baianos totalizaram 47,3 mil toneladas com rendimento de 53,4 milhões de dólares. Esses resultados correspondem a um acréscimo de 42% do volume exportado em

1990 e uma redução no entanto de 4% em relação ao faturamento.

A citricultura baiana concentra-se no Agreste de Alagoas, Litoral Norte e Recôncavo Sul, abrangendo cerca de 30 municípios numa extensão acima de 15.000 km<sup>2</sup>. Desta área, cerca de 42.748 hectares estão ocupados com a cultura de citros em produção, apresentando a baixa safra de 3,3 bilhões de frutos. No litoral Norte identifica-se o maior potencial para ampliação da cultura, devido às extensas áreas aptas ao desenvolvimento da fruticultura. Houve, naquela região um crescimento da área colhida, produção e produtividade de 1986 - 94.

A quase totalidade da citricultura baiana está alicerçada sobre a cultivar Pêra. Ao contrário do que ocorria na década de 70, quanto a laranja Bahia ocupava 62% dos plantios, atualmente a laranja Pêra predomina em cerca de 95% da área cítrica do Estado. O limão Cravo é o porta enxerto usado quase que exclusivamente, podendo-se afirmar que cerca de 100% dos plantios estão enxertados sobre ele.

Na citricultura baiana, predomina o espaçamento de 6m x 4m, o que corresponde a uma população de 416 plantas por hectares, identificando-se atualmente tendência para maior adensamento com utilização de espaçamento de 6m x 3m e 5m x 3m.

Dentre as pragas, merecem mais atenção o ácaro da ferrugem, as cochonilhas e principalmente a colebroca e a orthézia dos citros.

No que diz respeito às enfermidades salienta-se a gomose, como responsável pelos maiores danos econômicos. Preocupa também, a ocorrência de "declínio" em plantas com mais de 3 anos de idade.

A maior parte da produção do Estado é destinada ao comércio *in natura*. Os produtores anualmente vendem aos intermediários que adquirem a produção por preço que não remuneram suficientemente a atividade. O excedente de frutas cítricas, não absorvido pelo comércio *in natura*, é adquirido pela indústria, que tem exercido o papel de regulador do mercado.

Embora o cultivo de citros seja capaz de desenvolver-se bem em uma ampla faixa de condições edafoclimáticas, a sua exploração sofre problemas de natureza variada, desde edafoclimáticos, tecnológicos, organizacionais a mercadológicos.

Alguns problemas são locais, outros mais generalizados a todas as regiões citricolas do Estado. Identificá-los com precisão e atuar sobre os mesmos permite tornar essa atividade competitiva, moderna e sócio-economicamente viável.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS DA AGRICULTURA BAIANA

**Crédito Rural:** Mudanças na política de crédito agrícola frearam a marcha expansionista.

**Pragas e doenças:** A ocorrência da cochonilha orthézia e da broca do tronco de forma significativa em pomares do Recôncavo. No tocante às doenças, as de maior importância são a gomose e o "declínio", tanto no Recôncavo como no Litoral Norte.

**Baixa fertilidade dos solos:** a citricultura baiana está assentada em latossolos de baixa fertilidade natural, com baixo poder de retenção de umidade. Os solos do Recôncavo apresentam as melhores características físico-químicas e os da Microrregião Agreste de Alagoinhas, as piores, havendo, nesta microrregião, pomares assentados até em areias quartzosas.

**Fragilidade do associativismo:** dificuldades de expansão das experiências de cooperativismo.

**Baixa qualidade genética dos pomares:** a utilização por parte de muitos viveiristas e produtores de material de propagação não certificado, tem resultado na disseminação de mudas de baixa qualidade que contribuem para a baixa produtividade e baixa longevidade dos pomares.

**Tecnologia inadequada:** em decorrência da baixa remuneração, os citricultores têm negligenciado práticas culturais importantes como adubação e correção compatíveis com os resultados apresentados pelas análises de solo, controle racional de pragas, uso de mudas de boa origem, dentre outras.

**Problema climático:** é preocupante a redução no regime pluviométrico das regiões produtoras, agravado pela ocorrência de má distribuição das chuvas. Municípios como Alagoinhas e Cruz das Almas, que normalmente apresentam índices pluviométricos médio de 1200 a 1300mm/ano registraram nos dois últimos anos, pluviosidade em torno de 750mm/ano.

**Mercado pouco exigente:** o consumidor nordestino é pouco exigente no tocante à qualidade das frutas. Isto acarreta o desinteresse por tecnologias para a produção de frutas com boa aparência e suco de qualidade.

**Estrutura fundiária:** a grande maioria dos citricultores são mini e pequenos proprietários rurais, cujos pomares, devido à falta de economia de escala não permitem a utilização de tecnologias que dependem do uso de elevadas escalas de produção.

**Falta de controle sanitário nas fronteiras.** o Estado não dispõe de barreiras fitossanitárias capazes de identificar e impedir a entrada de material portador de doenças, ainda não identificadas em nossas regiões citrícolas, a exemplo do cancro cítrico, clorose variegada (CVC) e leprose.

**Ausência de integração agroindustrial:** Em estados de maior integração a citricultura recebe importantes apoios das indústrias, como financiamento da safra, contribuição financeira aos programas de controle de doenças e pragas.

---

## PROPOSTAS

---

- Alocação de recursos para financiamento da recuperação e ampliação dos pomares.
- Melhoria do nível tecnológico.
- Melhoria da comercialização.
- Dinamização das ações de organização dos produtores.
- Criação do FUNDECIBA - Fundo de Desenvolvimento da citricultura Baiana.
- Melhoria nas relações de comercialização.

---

## MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS

---

- Rio Real, Inhambupe, Alagoinhas, Esplanada, Sátiro Dias, Itapicuru, Entre Rios, Itanagra, Jandaíra, Aporá, Acajutiba, Paripiranga, Mata de São João, Catu, Cruz das Almas, Sapeçu, Cabeceiras do Paraguaçu, Governador Mangabeira, Conceição do Almeida, São Felipe, Castro Alves, Muritiba, Maragogipe, Santo Antônio de Jesus, Jaguaripe, Conceição de Feira, Irapá, Feira de Santana, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Vitória da Conquista, Alcobaça, Eunápolis, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Olindina, Cardeal da Silva, Piritinga e Crisópolis.